

Inovação Pedagógica: Perceber o Presente e Preparar o Futuro

A discussão do modelo pedagógico a vigorar no Ensino Superior, bem como das inovações que o podem moldar, tem sido realizada nos últimos anos, sobretudo posteriormente à assinatura da Declaração de Bolonha. Este documento conjunto, subscrito pelos Ministros da Educação europeus em 1999, lançava as bases da Europa do Conhecimento, firmada na compatibilidade transversal dos sistemas de ensino. A concretização deste projeto comum conduziu a reformas estruturais que incluíram a uniformização dos ciclos de estudo, a adoção de um sistema de créditos, como por exemplo os ECTS, e a promoção da mobilidade internacional.

As duas décadas seguintes ficaram marcadas por transformações no seio das IES, não só decorrentes do compromisso internacional que constava na Declaração, como também pelos desenvolvimentos tecnológicos que têm sido progressivamente enquadrados na modernização do sistema de ensino. A defesa de um ensino adaptado às reais necessidades e capacidades dos estudantes deve impulsionar a reflexão crítica do modelo pedagógico vigente, reconhecendo as suas limitações e procurando alternativas exequíveis. Neste sentido, torna-se oportuno abordar mais detalhadamente diferentes dimensões integrantes do modelo de ensino, tais como a componente pedagógica, a adaptação tecnológica dos processos de aprendizagem e o necessário apoio à docência.

A síntese do quadro de ensino-aprendizagem que os estudantes encontram na atualidade ao ingressarem no Ensino Superior em Portugal encontra-se descrita na publicação da versão de 2021 do “Estado da Educação”, por parte do Conselho Nacional de Educação (CNE).

Sucintamente, este caracteriza-se pela acelerada exposição de matéria através de vocabulário científico, a par de um maior nível de exigência no que concerne ao sistema de avaliação que, predominantemente, tende a ser baseado em exames ou testes finais, descurando diferentes ritmos de aprendizagem por parte dos estudantes. Relativamente à relação docente-aluno, o mesmo relatório aponta para a prevalência de um modelo de escasso contacto individual, no qual os estudantes assumem uma maior autonomia face aos professores na gestão das suas competências.

Contudo, o modelo pedagógico vigente nas IES em Portugal deve ser reestruturado tendo em vista a supressão das limitações que lhe são apontadas a nível nacional e internacional por distintos organismos. Entre estas, destaca-se a recente caracterização elaborada pelo mesmo Conselho relativamente à participação dos estudantes nas IES, que data de junho de 2022, na qual o modelo atual é descrito como sendo unidirecional, por compreender maioritariamente aulas expositivas, uma baixa participação estudantil, excessiva carga horária e sendo perpetuador de elevados níveis de ansiedade decorrentes da competitividade inerente à preferência pelo modelo de avaliação assente em exames.

A nível internacional salienta-se a última avaliação externa do ensino superior em Portugal, compilada no relatório da OCDE "OECD Review of the Tertiary Education, Research and Innovation System in Portugal" publicado em 2019. Entre a detalhada análise que figura no documento, é evidenciada a componente excessivamente teórica do sistema educativo nacional, bem como a rigidez dos programas curriculares, que são caracterizados como estando demasiado voltados

para o exercício de profissões específicas. A somar a estes aspetos limitadores do desenvolvimento das capacidades complementares dos estudantes, a OCDE aponta ainda a reduzida capacidade de alinhar a oferta formativa com a diversidade que compõe o corpo estudantil, sobretudo no que concerne aos horários e aos métodos utilizados, como o ensino à distância.

Face ao panorama descrito pelas instituições citadas, cabe ponderar a adoção de reformas no modelo em vigor, sobretudo baseadas em experiências bem-sucedidas a nível nacional e internacional que privilegiem, de facto, o ensino centrado no estudante. Porém, a reflexão sobre as alterações a implementar carece de uma nova avaliação global do Ensino Superior, à semelhança da produzida em 2019 pela OCDE, que considere já o inevitável impacto da pandemia em todo o sistema pedagógico. Deste modo, importa considerar também a criação de uma academia de âmbito nacional a quem seja confiada a missão de pensar a nível estratégico o desenvolvimento pedagógico, com base numa avaliação cuidada dos dados recolhidos e das recomendações produzidas.

É, no entanto, preponderante que se proceda à valorização de mecanismos de *feedback*, como inquéritos, na contínua adaptação da componente curricular, bem como garantir que esta possui uma maior flexibilidade, tornando o percurso académico mais personalizado e limitando a rigidez curricular existente.

O contexto adjacente à pandemia Covid-19 veio exercer uma pressão crescente no sistema educativo, obrigando à adaptação emergente de todos os métodos de ensino e acelerando a necessidade de definir um novo paradigma de progressiva modernização da

educação. Porém, ao ensino à distância, privilegiado em grande parte dos anos letivos 2019/2020 e 2020/2021, são reconhecidas limitações no acesso à internet de forma transversal por parte de docentes e discentes, bem como limitações económicas no que concerne à capacidade financeira de adquirir dispositivos para aceder a conteúdos exclusivamente digitais.

O ensino presencial, essencial também para o desenvolvimento da Academia e do percurso académico de um estudante, deve ser privilegiado, mas preparado para incluir inovações na sua dimensão pedagógica. Este foi o desígnio do programa “Skills 4 Pós-Covid - Competências para o Futuro”, criado pela DGES em articulação com a OCDE, no qual figuram compromissos válidos, responsivos e dinâmicos no que a iniciativas de inovação pedagógica diz respeito. Importa realçar a inclusão de medidas direcionadas para a formação do corpo docente, como sugerido pela OCDE, através da disponibilização de oportunidades de capacitação em ferramentas digitais - desde plataformas de partilha de informação e *feedback*, a formações e *guidelines* acerca da implementação e aproveitamento das potencialidades do Ensino à distância.

Este programa de adaptação a uma nova realidade social posterior à pandemia deve servir de exemplo na aposta da inovação no seio do Ensino Superior, sobretudo no que concerne aos planos de investimento e recuperação acordados no âmbito dos fundos europeus a serem aplicados.

De resto, outra das questões que atualmente devem figurar no âmbito da inovação pedagógica refere-se justamente à importância de acautelar a modernização do ensino através da formação dirigida a

docentes, algo que, segundo o último relatório da OCDE, não se sucede nas IES portuguesas e que limita o desenvolvimento de novas metodologias. Neste sentido, é também particularmente elucidativa a realidade descrita no relatório "Estado da Educação" de 2021, onde o CNE alerta para a falta de modernização e adaptação às transformações inerentes de um mundo global por parte do sistema de ensino superior. Defende o Conselho que "é importante realizar um investimento em estruturas institucionais de suporte ao corpo docente para desenvolver modelos pedagógicos tecnologicamente mediados, flexíveis e promotores do sucesso dos estudantes. Este investimento será, inquestionavelmente, uma das linhas de ação estratégica a desenvolver a nível nacional para tornar as IES mais capazes de envolver os docentes e promover a inovação das suas práticas".

Por último, e ainda no que ao corpo docente diz respeito, são reconhecidas as limitações que advêm da elevada contratação de doutorados sem mobilidade académica por parte das IES. Este processo pode condicionar a imparcialidade nos concursos públicos de contratação de pessoal docente, bem como limitar de forma estrutural o acesso a metodologias alternativas de ensino-aprendizagem e resultar em IES menos heterogéneas e mais fechadas em si.

Segundo os últimos dados da DGEEC, publicados no relatório "Indicadores de Endogamia Académica nas Instituições Públicas de Ensino Universitário", relativo ao ano letivo 2015/2016, cerca de 70% dos docentes doutorados que ocupavam posições de carreira em universidades públicas doutorou-se na IES onde lecionava. Desde então, a DGEEC não voltou a publicar um documento que especificamente aprofunde a realidade da endogamia académica em Portugal, algo que prejudica a

compreensão atual da dimensão deste fenómeno no seio do ensino superior e das consequências que o mesmo imprime na inovação pedagógica. Face à realidade representada pelo número mencionado, justifica-se a produção de um novo relatório que vise apurar a expressão da endogamia académica no seio das IES em Portugal.

De modo a contribuir para a discussão sobre o modelo de ensino que mais se adegue implementar no ensino superior, vem a Federação Académica de Lisboa propor:

1. Garantir a flexibilidade curricular, permitindo aos estudantes percursos mais personalizados, privilegiando a avaliação contínua e uma aprendizagem em ambiente colaborativo, interdisciplinar e multicultural, estimulando a comunicação e o pensamento crítico estruturado.
2. A existência de mecanismos de *feedback* direcionados aos estudantes em cada IES, bem como a divulgação dos resultados obtidos, de modo a garantir a melhoria da qualidade da componente curricular através da sua adequação às necessidades apuradas.
3. A produção de uma nova avaliação externa do sistema educativo vigente no ensino superior em Portugal, à semelhança da publicada pela OCDE em 2019.
4. Analisar as metodologias de sucesso adotadas por outros países e que sejam aplicáveis ao contexto português, nomeadamente através da constituição de um grupo de trabalho incumbido de estruturar o desenvolvimento pedagógico, com representação estudantil garantida;
5. Capacitar o corpo docente, através de ações formativas com periodicidade a definir, para a correta aplicação de novas práticas

pedagógicas visando o desenvolvimento de capacidades que permitam o recurso a novas ferramentas formativas, designadamente as que incorporem uma vertente tecnológica;

6. A produção, por parte da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, de um novo relatório sobre endogamia académica, que procure atualizar as dimensões exploradas no último documento sobre este tema.

Destinatários: MCTES, Grupos Parlamentares, Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência.

Bibliografia

1. Conselho Nacional de Educação (2021). "Estado da Educação 2020". Lisboa.
2. Conselho Nacional de Educação (2022). "Recomendação: Participação dos jovens no ensino superior".
3. DGEEC (2017). "Indicadores de Endogamia Académica nas Instituições Públicas de Ensino Universitário - 2015/2016".
4. OECD (2019). "OECD Review of Higher Education, Research and Innovation: Portugal". OECD Publishing, Paris. Consultável em: <https://doi.org/10.1787/9789264308138-en>.